

Estados, municípios e populações

Josaphat Marinho

CORREIO

A crise experimentada, neste momento, pelos estados e municípios atinge a Federação e a sociedade em seu conjunto. A falta de recursos financeiros, que se alastra no país, perturba administrações regionais e locais. Força o atraso de pagamento de pessoal. Determina a redução ou a paralisação de obras e serviços. Altera a execução de planos e provoca desemprego. Até serviços médicos e de assistência social são diminuídos por inexistência de dinheiro. Situações já ocorrem em que há verba orçamentária, porém não disponível de real, e o crédito se torna difícil. Os reflexos desse quadro de restrições estendem-se a parcelas cada dia maiores da população. E se agravam porque hospitais, postos médicos, ambulatórios, que deveriam receber recursos de fonte federal, se encontram, também, em estado de sobrevivência precária. O próprio ministro da Saúde busca, pessoalmente, recursos além do orçamento, para que a angústia não se transforme em sentimento de fracasso.

Acresce que a crise das agências oficiais encontra prolongamento em amplos setores da indústria, do comércio e das atividades rurais. Aumenta a mão-de-obra desempregada e diminui a produção, com riscos que se avolumam no campo. O assalariado, que tem mantido certo equilíbrio entre receita e despesa com a inflação contida e o real valorizado, entra na área de perigo com o desequilíbrio em expansão. A tendência, pois, é de alargar-se o espaço dos embaraços sociais e econômicos e o número dos prejudicados se o governo não

instituir, seguramente, um plano de investimento e de ajuda. No saber conciliar a política de sobriedade e contenção do consumo com o desenvolvimento produtivo, parece residir a fórmula prudente, por difícil que seja. O rigor do pensamento econômico também há de ser "flexibilizado", em justa medida. Porque a vida não obedece à dureza de cálculos abstratos, mas às variações de fatos irresistíveis. Produção e consumo, salários e preços concor-

rência

ponderáveis razões nesses movimentos. As necessidades da existência desprezam regras comuns, quando o homem não nutre esperança de reduzir seu sofrimento. Por isso, cautelosamente, na grande depressão americana, Roosevelt enfrentou os poderosos para garantir a sobrevivência dos fracos, e convocou o Congresso e a Suprema Corte à renovação de procedimentos e decisões. Foi enérgico e inovador, sem arbitrariedade. Houve instante, revela um escritor, em que "o Congresso legalizou

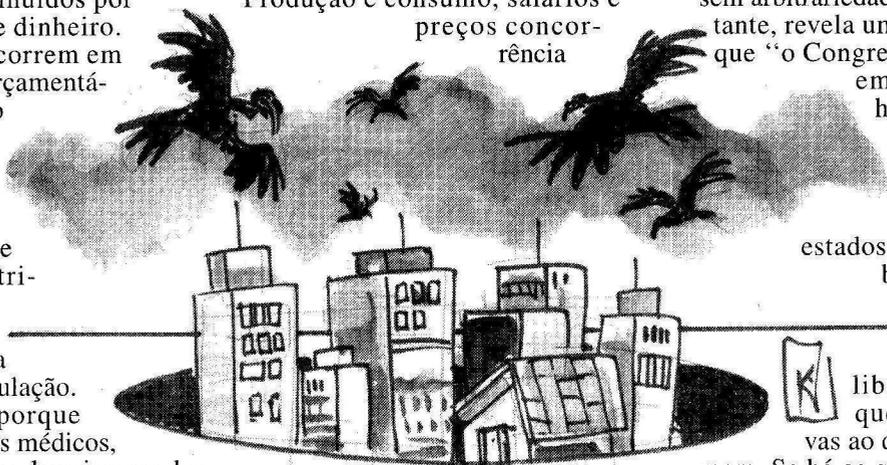
em apenas oito horas o que Roosevelt tinha feito".

No atual momento, estados e municípios brasileiros

sentem fugir-lhes o poder de de-

liberação sobre questões relativas ao destino do homem. Se há os que ainda acodem às exigências coletivas, não constituem maioria nem resistirão muito. Se, aqui e ali, houve irregularidades que concorreram para a situação angustiante, cumpre apurá-las e punir os responsáveis. Agora, antes de tudo, importa assistir às comunidades enfraquecidas, para que o desespero não substitua o desânimo. Não é hora de recusar ou demorar o auxílio discutindo competência de fazer ou a origem dos recursos necessários. Populações que se transformam em "retirantes", quando ainda têm ânimo para retirar-se, não aguardam discussões, porque precisam de soluções imediatas. O federalismo, que deve unir e servir o povo, não pode ser meio de dissolvê-lo pelo império da miséria.

Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia



comercial, juro, disciplina social, nos seus contrastes, escapam ao conhecimento puramente nacional. Reclamam a visão da experiência atenta a secas e inundações, e outras circunstâncias.

Na consideração geral dos acontecimentos, há de ser visto o perigo da perda gradual de autoridade pelos agentes do poder público. Há poucos dias, na Universidade de Brasília, durante ato cultural, entraram no auditório da Reitoria dezenas de modestos servidores, reclamando salários em atraso. Pediram desculpas, porém manifestaram sua reivindicação. Os jornais têm noticiado a ocupação de imóveis públicos por interessados diversos. A invasão de propriedades rurais vai assumindo feição de rotina. É evidente que, se há excessos condenáveis, também ocorrem